

Realismo diante da dívida externa

As viagens do presidente Fernando Collor de Mello vêm-lhe permitindo encarar com mais realismo os problemas externos do País. O fato, já observado durante sua estada no Japão, tornou-se ainda mais evidente na sua recente visita aos Estados Unidos. A delicada questão da dívida externa passou a apresentar contornos mais auspiciosos depois de seus contatos com as autoridades de Washington, o que autoriza pensar que, uma vez mantido o "discurso" ouvido em terras estrangeiras, poderemos, em breve prazo, voltar ao convívio da comunidade internacional.

Houve realmente grandes progressos no tratamento do problema da dívida, ainda que as sutilezas de linguagem do nosso chanceler possam dar a impressão de que nada mudou na posição do governo brasileiro. Em primeiro lugar, reconhece-se que um acordo com os bancos é indispensável, devendo ser concluído o mais rapidamente possível. A convicção de que a solução desse problema é a condição sine qua non para que a nossa economia volte a crescer já representa visível progresso.

O Brasil, que nos últimos anos pretendeu seguir o caminho da originalidade para tratar da questão da dívida externa, está agora convencido de que, como todos os países devedores, deverá curvar-se ao ritual internacional que exige, compulsoriamente, amplo acordo com o FMI e a conclusão de uma renegociação com os bancos credores. Mas não apenas nisso se modifica nossa posição.

Durante anos, repetiu-se neste país que o Plano Brady não daria solução ao problema da dívida externa e o México, que nele se enquadrara, fizera mau negócio. Ocorre que os mexicanos têm uma taxa de crescimento alta e positiva e uma inflação baixa, tendo recebido, conforme lembrou o ministro Marcílio Marques Moreira, sob forma de investimentos diretos, US\$ 8 bilhões no ano passado. Além disso, foi o México, no primeiro tri-

mestre deste ano, um dos maiores tomadores no mercado dos eurodólares, em que captou mais de US\$ 1 bilhão por mês com um spread de apenas 0,2% acima da Libor. Agora, estamos inclinados a aceitar o esquema do Plano Brady, que prevê a atenuação da dívida mediante a substituição de títulos antigos por novos e a redução das taxas de juros, ainda que possamos, a exemplo da Venezuela, emitir bônus com juros crescentes.

Mas, certamente, o progresso maior recai sobre o conceito da capacidade de pagamento, que, rapidamente definido pela equipe econômica anterior, representava o maior obstáculo à conclusão de um acordo com os bancos credores. Para ela, a capacidade de pagamento dependia, a cada exercício, da existência de um superávit primário nas contas públicas (tal conceito corresponde ao déficit público do qual se subtraem os efeitos das correções monetária e cambial e o serviço da dívida interna). Ocorre que, se no passado tivemos um superávit primário importante (4,5% do PIB), nos cinco anos anteriores, em dois exercícios, registramos um déficit, sendo a média aritmética dos três outros de 1,7% do PIB. Agora, nossas autoridades consideram que o conceito não é estático, que evolui com o tempo e as circunstâncias e, mais que isso, deve tal capacidade ser fixada por acordo entre as duas partes. Realmente, o clima, nestes dias, favorece o início da negociação.

